

TRT-SP

500 questões gabaritadas
Técnico Judiciário –
Área Administrativa –
Sem Especialidade
2ª Região – São Paulo



CÓD: SL-104AB-25
7908433274339

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Raciocínio Lógico-matemático:	37
3. Noções Sobre Direitos Das Pessoas Com Deficiência (resolução Csjt Nº 386/2024 - Art6º)	51
4. Noções De Informática.....	65
5. Noções De Direito Constitucional	75
6. Noções De Direito Administrativo	87
7. Noções De Administração Pública	99
8. Noções De Gestão De Pessoas	123
9. Noções De Direito Do Trabalho.....	137
10. Noções De Direito Processual Do Trabalho.....	153

LÍNGUA PORTUGUESA

1. FCC - 2024

A mesma regra justifica a presença de acento em todas as palavras em:

- (A) fanático, solitário, científico, cômico.
- (B) irlandês, polinésio, congolês, indonésio.
- (C) terapêutico, mímica, antepenúltimo, lírico.
- (D) cerimônia, descartável, espécie, música.
- (E) imundície, horário, melancólico, longínquo.

2. FCC - 2024

Poema arcaico II

Não faço versos porque quero
mas porque o tempo dos relógios me confunde
e a Insânia dos ventos me atormenta
Não sei de onde vêm
os versos que faço
chegados na chuva
trazidos no vento
Eles me caçam
me acham
versos vadios
versos gastos
passados de mão em mão
nos tempos de todos os tempos
nas cores de canções
nas rodas de verões
versos já ditos escritos repisados
por multidão de tresloucados
poetas em suas horas incautas
versos antigos, arcaicos
perdidos na contramão das estradas
versos mortos que renascem
nas minhas mãos.

(CÉSAR, Ana Maria. Disponível em: <http://domingo-composia.com.br>)

Considerando o sentido do prefixo "re-". apresenta a mesma estrutura de repisados a seguinte palavra:

- (A) ressuscitar.
- (B) regredir.
- (C) redobrar.
- (D) receio.
- (E) recreio.

3. FCC - 2024

Considere a tirinha Bichinhos de jardim.



O futuro do pretérito, no contexto apresentado, foi usado para referir

- (A) uma situação hipotética, associada a uma condição que, se não for cumprida, pode impedir sua realização.
- (B) um fato passado, anterior a outro fato também ocorrido no passado.
- (C) um fato futuro em relação ao momento presente.
- (D) uma situação hipotética que não se realizará no futuro.
- (E) um fato concluído no passado.

4. FCC - 2024

Considere a crônica "Tartaruga de arrastão", de Rachel de Queiroz.

O caso deu-se aqui na Ilha, numa pescaria de arrastão. Da primeira redada veio um tal peixe que causou espanto: ninguém podia crer que naquele côncavo de ma morasse tanto peixe assim. Havia de ser alguma piracema que ia passando, para lá de três toneladas de pescado foram apanhadas de uma só vez. Na segunda redada nada veio, ou quase nada – fugira a piracema ou fora toda colhida pela rede. Entretanto, no meio daquele quase nada apareceu um bicho estranho: uma tartaruga do mar. Tartaruga diferente daquelas fluviais que a gente conhece, tartaruga das profundezas salinas, meio peixe, porque em vez de pernas tem nadadeiras.

Primeiro ela se debateu e tentou de todas as maneiras furar a malha. Depois foi agarrada e atirada ignominiosamente na areia, de barriga para cima. Por fim puseram-na em posição normal; e ela, recuperando imediatamente a compostura, estirou o pescoço enru-

gado e correu em torno de si um olho temeroso. Não sei se os presentes compreenderam quanto havia de surpresa, terror e pasmo nos olhos da tartaruga. Muito pior que um bicho da terra pego numa rede: este pode estranhar a prisão, mas afinal continua dentro de um elemento conhecido, pisando chão, vendo árvores familiares, sentindo o cheiro da terra. A tartaruga não: para ela, nascida e vivida no mar aquela era a mais estranha, a mais inacreditável e terrível das aventuras. Para aquela tartaruga era o mesmo que seria para um de nós vermo-nos transportados subitamente, sem dano físico, até o fundo do mar. Imagine que estranho, que portentoso e medonho não parece. As caras desconhecidas de ignorados animais – no caso, homens. E todos, todos, canibais ou pior que isso – pois bem sentia ela sobre o seu casco grosso, sobre a carapaça encaracada, o olhar doce e alento e cobiçoso dos comedores de carne.

A sorte da coitada foi ninguém chegar a um acordo sobre a forma de abatê-la. E sorte maior o fato de ninguém, pessoalmente, querer se responsabilizar pela carnificina naquela quinta-feira santa. Mas levaram-na para o galinheiro – que ignomínia, uma veterana dos sete mares a ser atirada entre as galinhas, na noite que deveria ser a última da sua vida; ela que decerto esperava sepultar-se entre areias claras, nalgum maciço colorido de anêmonas do mar. Mas felizmente para a tartaruga, incerto é o coração do homem, incertos, os seus impulsos. Tanto vai para um lado como para o outro, tanto procura devorar hoje o seu irmão bicho, como amanhã o festeja e liberta. O fato é que um coração se apiedou da tragédia e houve mão que abriu a porta da capoeira e encaminhou a marcha rampante do bicho marinho em direção da praia, em direção do mar, sua pátria. Ela também não esperou arrependimento, não hesitou, não agradeceu. Cortou a areia deixando um rastro longo, penetrou na água como um barco a deslizar do estaleiro, mergulhou, emergiu, voltou a cabeça ainda assustada para aquele mundo sujo, escuro, inimigo, onde viviam os homens, onde esperava nunca mais voltar; e mergulhou de novo, abraçando toda a água que podia entre as nadadeiras abertas.

(Adaptado de: QUEIROZ, Rachel de. 100 crônicas escolhidas: um alpendre, uma rede, um açude. Rio de Janeiro: José Olympio, 2021)

Na segunda redada nada veio, ou quase nada – fugira a piracema ou fora toda colhida pela rede. Entretanto, no meio daquele quase nada apareceu um bicho estranho: uma tartaruga do mar. Tartaruga diferente daque-

las fluviais que a gente conhece, tartaruga das profundezas salinas, meio peixe, porque em vez de pernas tem nadadeiras. (1º parágrafo)

Nesse trecho, a cronista relata uma série de fatos ocorridos no passado. Um fato anterior à esse tempo passado está indicado pela seguinte forma verbal:

- (A) *conhece.*
- (B) *fugira.*
- (C) *tem.*
- (D) *veio.*
- (E) *apareceu.*

5. FCC - 2024

A primeira lembrança que tenho da cidade, do Recife, é de um Carnaval. Eu, muito menino, preso em um carro que corria pela praça Maciel Pinheiro desviando dos foliões, ia para o Hospital Português onde meu avô convalescia. Certamente que não foi nessa hora que compreendi, mas nesse momento passei a conviver com um urbe de contrações, alegrias e tristezas, sonhos e desilusões.

Vivendo no interior, a cidade me chegava pelo dos cronistas, dos escritores. Um deles falava da Estrada dos Remédios cercada por mangueiras. E fui descobrindo os segredos vívidos sob os telhados seculares dos sobrados, a miséria oculta pelas folhas dos mangues, pelas paredes precárias dos mocambos, a glória da piedade resvalando nas grossas paredes das igrejas. Mecanismo vivo e contraditório, Recife tinha, e ainda tem, poesia.

Sempre que ali desembarcava - e até hoje isso acontece - batia-me a sensação de pertencimento. "Sou do Recife com orgulho e com saudade", solfejava Antônio Maria em meus ouvidos. Quando, enfim, cheguei para viver na cidade, na Boa Vista, já conhecia a intimidade dos mistérios de suas ruas. Tudo me chegara pela literatura, pelos relatos históricos e ficcionais, mas caminhando por suas vielas e avenidas, atravessando os rios, as pontes, descobri que um mistério nunca se revela plenamente.

Foi tentando desvendar a esfinge que a cidade do Recife foi transformada em cenário por mim para o romance "Não me empurre para os perdidos". Um escritor estrangeiro, em junho de 1924, percorre as ruas da cidade procurando os sentidos da modernidade que os intelectuais tanto discutem no Café Continental, na esquina da Lafayette. Mesmo depois de todo trabalho, o Recife continua em mim como algo onírico. Sim, ele é coisa de se pegar, é concreto, mas para ser pleno é preciso vivê-lo.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO:

1. FCC - 2024

Um endocrinologista atendeu em um dia 5 pacientes. O quadro a seguir mostra as estaturas dos 5 pacientes atendidos.

Paciente	Altura (m)
1	1,67
2	1,58
3	1,75
4	1,82
5	1,78

A estatura média dos pacientes atendidos é

- (A) 1, 68 m
- (B) 1, 72 m.
- (C) 1, 69 m.
- (D) 1, 71 m.
- (E) 1, 73 m.

2. FCC - 2022

Em um consultório dentário anota-se diariamente o nome do paciente, o horário de início e término de cada consulta. A tabela a seguir mostra as consultas realizadas em um dia.

Paciente	Início	Término
A	10h45	11h20
B	11h30	12h15
C	14h	14h40
D	15h10	15h40
E	16h05	17h00

O tempo médio, em minutos, de uma consulta foi

- (A) 40
- (B) 35
- (C) 42
- (D) 45
- (E) 41

3. FCC - 2021

Em uma empresa a média salarial das mulheres é R\$ 1.100,00 e a dos homens R\$ 1.500,00. A média de todos os salários é R\$ 1.200,00. A proporção de mulheres nessa empresa é:

- (A) $\frac{5}{8}$
 (B) $\frac{3}{4}$
 (C) $\frac{2}{3}$
 (D) $\frac{5}{9}$
 (E) $\frac{7}{12}$

4. FCC - 2021

Admita que a média móvel diária do número de casos registrados de uma doença seja calculada pela média aritmética simples do número de casos registrados no dia com os números de registros de casos dos quatro dias anteriores. Observe a tabela com os registros diários dos casos de uma doença e da média móvel diária, sendo que x e y representam números inteiros positivos.

	Domingo	2ª Feira	3ª Feira	4ª Feira	5ª Feira	6ª Feira	Sábado
Número de registros diário	19	26	28	26	31	x	31
Média móvel diária	23	23	24	24	y	27	28

Sabendo que a média aritmética simples de um conjunto de cinco números é igual à soma desses cinco números dividida por 5, na situação descrita, x – y é igual a

- (A) –3.
 (B) –2.
 (C) 0.
 (D) –1.
 (E) 1.

5. FCC - 2023

Em uma empresa os funcionários recebem, em média, R\$ 2.500,00. Um bônus será distribuído entre os funcionários, mas não igualmente. Um quarto dos funcionários receberá R\$ 2.000,00 de bônus e os outros receberão R\$ 3.000,00. A média dos recebimentos com os bônus, em reais, subirá para

- (A) 4.825,00
 (B) 5.000,00
 (C) 4.750,00
 (D) 5.125,00
 (E) 5.250,00

NOÇÕES SOBRE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

1. (2024)

A Lei nº 7.853/1989 dispõe, dentre outras, sobre medidas judiciais destinadas à proteção de Interesses coletivos, difusos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis da pessoa com deficiência. Nos termos da referida Lei, a sentença proferida

(A) contra o autor da ação poderá ser objeto de recurso por qualquer legitimado ativo, inclusive o Ministério Público.

(B) de improcedência da ação produzirá efeitos imediatos, independentemente de sua reapreciação em sede de duplo grau de jurisdição.

(C) terá sempre eficácia inter partes, independentemente do seu desfecho, isto é, se procedente ou improcedente a ação.

(D) terá eficácia de coisa julgada oponível erga omnes, exceto no caso de haver sido a ação julgada Improcedente por deficiência de prova, hipótese em que apenas o Ministério Público poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.

(E) que concluir pela carência da ação não estará sujeita ao duplo grau de jurisdição, pois apenas a sentença de improcedência sujeita-se a esta sistemática.

2. (2024)

Em uma situação hipotética, Zeus é médico de um renomado hospital público na cidade de São Paulo. No entanto, Zeus, injustificadamente, recusou-se a prestar assistência médico-hospitalar a Atena, pessoa com deficiência. De acordo com o que preceitua a Lei nº. 7.853/1989, a conduta de Zeus

(A) constitui crime punível com reclusão de 2 a 5 anos e multa, não prevendo a lei qualquer agravamento da penalidade, ainda que a conduta tenha sido praticada em atendimento de urgência e emergência.

(B) constitui crime punível com reclusão de 1 a 4 anos e multa, sendo tal pena agravada em 1/2, se o crime tiver sido praticado em atendimento de urgência e emergência.

(C) constitui crime punível com detenção de 1 a 4 anos e multa, sendo tal pena agravada em 1/3, se o crime tiver sido praticado em atendimento de urgência e emergência.

(D) não constitui crime, mas será passível de punição tanto na seara administrativa quanto na cível.

(E) constitui crime punível com reclusão de 2 a 5 anos e multa, sendo tal pena agravada em 1/3, se o crime tiver sido praticado em atendimento de urgência e emergência.

3. (2022)

Seguindo a regra expressa da legislação vigente, a avaliação da deficiência, quando necessária, será de natureza

(A) médica, mediante emissão de laudo que aponte a condição do avaliado, segundo critérios diagnósticos do CID (Código Internacional de Doenças).

(B) biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar que considerará, entre outros aspectos, impedimentos do corpo, limitação de atividades e restrição de participação.

(C) biopsíquica, realizada por equipe de saúde que considere simultaneamente as restrições de natureza física e mental.

(D) funcional, devendo ser promovida por médico ou profissional de saúde habilitado, a partir dos critérios da Classificação de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde do Ministério da Saúde.

(E) ampla, mas com ênfase nos aspectos que atendam a finalidade para a qual foi solicitada, devendo ser realizada preferencialmente por equipe de referência no atendimento longitudinal do avaliado.

4. (2022)

As adaptações razoáveis visam assegurar que a pessoa com deficiência possa gozar ou exercer, em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais. Segundo a definição legal, elas correspondem

- (A) às melhorias necessárias para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários e equipamentos urbanos.
- (B) à concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de projeto específico.
- (C) a estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência.
- (D) a ajustes necessários que não acarretem ônus desproporcional e indevido, quando requeridos em cada caso.
- (E) às alterações substanciais de objetos existentes nas vias e espaços públicos, tais como semáforos, postes de sinalização e pontos de acesso às telecomunicações.

5. (2022)

O conceito de deficiência hoje vigente no Estatuto da Pessoa com Deficiência corresponde

- (A) à incapacidade para o trabalho e para a vida independente determinada por limitações físicas, sensoriais ou mentais de média ou longa duração.
- (B) à perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano.
- (C) ao impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- (D) à limitação de natureza funcional, decorrente de alguma alteração fisiológica, que, para seu portador, restringe suas oportunidades de integração ajustada e plena e favorece a exclusão social.
- (E) ao conjunto de restrições de origem biopsíquica que afetam a plena integração do indivíduo na sociedade, tornando-o portador de necessidades especiais cujo atendimento é dever do Estado, sociedade e família.

6. (2022)

Segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), incumbe ao poder público assegurar a oferta de profissionais de apoio escolar. Tal profissional, conforme define a própria lei, corresponde à pessoa que

- (A) atua junto ao professor regente da classe regular que tenha alunos com deficiência, dando apoio ao planejamento e à realização das atividades em todos os espaços da escola, bem como nas ações de intervenção pedagógica e de avaliação.
- (B) disponibiliza apoio ao estudante com deficiência, quando necessário, em suas atividades de comunicação, interação social, locomoção, alimentação e cuidados pessoais.
- (C) exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas.
- (D) desempenha atividades próprias de educação especial a alunos com deficiência matriculados em escola de ensino regular ou, em regime domiciliar, àqueles que, por mobilidade reduzida ou saúde fragilizada, estejam impedidos de frequentá-la.
- (E) atua como facilitadora na execução das atividades escolares, oferecendo cuidados de vida diária e suporte pedagógico ao aluno com deficiência, além de suporte ao professor na sala de recursos multifuncionais.

7. (2021)

O Estatuto da Pessoa com Deficiência assim define

- (A) moradia para a vida independente da pessoa com deficiência: moradia com estruturas adequadas capazes de proporcionar serviços de apoio coletivos e individualizados que respeitem e ampliem o grau de autonomia de jovens e adultos com deficiência.
- (B) profissional de apoio escolar: pessoa que oferece, em todos os níveis e modalidades de ensino, quando necessário, suporte pedagógico ao professor regente de salas de aula inclusivas com uma ou mais pessoas com deficiência.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

1. FCC - 2024

No Windows 10, aberto e funcionando em condições ideais, um funcionário, executando como administrador, na área do *prompt* de comandos (cmd), digita `help attrib` para saber como os parâmetros R e H serão úteis para o que ele necessita fazer com alguns arquivos. Assim, ele obteve o significado desses parâmetros que são, correta e respectivamente, um atributo de

- (A) arquivo somente leitura e um atributo de arquivo oculto.
- (B) restauração de arquivo e um atributo de exame de integridade de arquivo.
- (C) arquivo morto e um atributo de integridade de arquivo.
- (D) arquivo somente leitura e um atributo de arquivo padrão.
- (E) recuperação de arquivo fixado e um atributo de arquivo sem conteúdo indexado.

2. FCC - 2024

Considere um problema de lentidão extrema em um computador, com 8 GB de RAM, processador *dual-core* de 3,9 GHz, disco rígido mecânico (HDD) de 500 GB (95% ocupado pelos recursos instalados), placa de vídeo dedicada e Windows 10 instalado. A provável causa da lentidão é

- (A) a baixa capacidade do processador, Inadequado para rodar o Windows 10.
- (B) a quantidade de memória RAM. Inadequada para rodar o Windows 10.
- (C) o disco rígido mecânico (HDD) quase cheio.
- (D) que o Windows 10 ocupa, sozinho, mais de 400 GB do disco rígido.
- (E) o uso de placa de vídeo dedicada. ao invés da placa de vídeo integrada.

3. FCC - 2024

O servidor de um Tribunal Regional do Trabalho ajustou corretamente o formato de data do seu computador no Windows 10 Home, em português, aberto e funcionando em condições ideais, por meio do Painel de Controle exibido por categoria, clicando em:

- (A) Relógio e Região e depois em Data e Hora.
- (B) Data e Hora e depois em Configurar Data.
- (C) Relógio e Região e depois em Região.
- (D) Data e Hora e depois em Ajustar Data.
- (E) Data e Hora e depois em Relógio e Região.

4. FCC - 2024

No *prompt* de comando do Windows 10, é possível obter o endereço IP do computador:

- (A) clicando em Alt+F12.
- (B) digitando o comando `ipaddress` e, após, pressionando Enter.
- (C) clicando em Configuração, digitando `exibir IP` e, após, pressionando Enter.
- (D) digitando o comando `ipconfig` e, após, pressionando Enter.
- (E) digitando o comando `ipconfig` e, após, pressionando Enter.

5. FCC - 2024

No Windows, funcionando em condições ideais, um usuário abriu a pasta A, selecionou um arquivo e pressionou a combinação de teclas CTRL + X. Em seguida, mudou para a pasta B e pressionou a combinação de teclas CTRL + V. O arquivo

- (A) que estava originalmente na pasta A foi compactado e gravado na pasta B.
- (B) que estava originalmente na pasta A foi movido para a pasta B.
- (C) continuou na pasta A e um atalho para ele foi criado na pasta B.
- (D) que estava originalmente na pasta A foi copiado para a pasta B.
- (E) foi colocado na área de transferência e, em seguida, enviado para a lixeira.

6. FCC - 2023

Um policial está utilizando um computador com o Windows 10 em português, e, após abrir um software, a janela congelou, indicando que o software parou de responder, mas outros recursos continuam acessíveis. Ao fazer contato com o suporte, foi orientado a encerrar o processo do software na memória, por meio da opção Finalizar Tarefa do Gerenciador de Tarefas do Windows. Rapidamente o policial lembrou-se que o Gerenciador de Tarefas pode ser acessado após

- (A) pressionar simultaneamente a tecla que contém o símbolo do Windows e a tecla T.
- (B) clicar no botão Iniciar, depois na opção Configurações e, por último, na opção Gerenciador de Processos.
- (C) pressionar a tecla F11 ou a partir da opção Gerenciador de Processos do Painel de Controle.
- (D) clicar com o botão direito do mouse no botão Iniciar e depois, com o botão esquerdo do mouse, na opção Gerenciador de Dispositivos.
- (E) pressionar simultaneamente as teclas CTRL ALT DEL ou CTRL ALT DELETE.

7. FCC - 2023

No *prompt* de comandos do Windows 10, um policial digitou o comando `ipconfig` e pressionou a tecla Enter para

- (A) mudar o endereço IP do seu computador.
- (B) ver o endereço IP do seu computador na rede.
- (C) renovar o endereço IP do seu computador.
- (D) conectar seu computador à rede local.
- (E) obter seu endereço IP público na internet.

8. FCC - 2023

Na área de trabalho do Windows 10, em português, há um ícone de lixeira, onde ficam guardados ou referenciados os arquivos excluídos do HD ou SSD. Para limpar a lixeira e excluir os arquivos contidos nela permanentemente, deve-se

- (A) clicar com o botão direito sobre o ícone e selecionar a opção Esvaziar Lixeira.
- (B) selecionar a lixeira e pressionar simultaneamente as teclas Ctrl X.
- (C) clicar com o botão direito sobre o ícone e selecionar a opção Excluir Tudo.
- (D) selecionar a lixeira e pressionar simultaneamente as teclas Ctrl SHIFT X.
- (E) dar um duplo clique sobre o ícone da lixeira, selecionar o menu Ferramentas de lixeira e clicar na opção Limpar.

9. FCC - 2023

No *prompt* de comandos do Windows 10, em português, ao se digitar o comando `ipconfig` e pressionar a tecla Enter

- (A) é exibido, dentre outras informações, o endereço IPv4 do computador, por exemplo, 192.168.15.7
- (B) abre-se uma janela na qual será possível configurar o endereço IPv4 e IPv6 do computador.
- (C) as configurações dos adaptadores de rede do computador são resetadas e reconfiguradas automaticamente.
- (D) as configurações dos adaptadores de rede são exibidas e um novo endereço IP para o computador é solicitado.
- (E) é exibido, dentre outras informações, o endereço IPv4 do computador, por exemplo, 2804:431:cfe0:8d02:3d78:2a3 7:3bae:7c3f

10. FCC - 2023

Após a instalação e inicialização do Windows 10, um Analista de um Tribunal Regional do Trabalho precisa abrir um determinado arquivo usando um aplicativo diferente daquele fornecido pela Microsoft. Com o Windows 10 aberto e funcionando em condições ideais em configurações > aplicativos, para alterar o tipo de aplicativo associado ao arquivo, o Analista deve clicar na opção

- (A) Aplicativos padrão e na sequência clicarem Escolha os aplicativos padrão por tipo de arquivo.
- (B) Inicialização e na sequência clicarem Apps de inicialização.
- (C) Aplicativos e recursos e na sequência clicar em Atualizar aplicativos.
- (D) Aplicativos para site e na sequência clicar em Associar aplicativos a sites.
- (E) Reprodução de arquivos e na sequência clicar em Configuração de arquivos.

11. FCC - 2022

Uma pessoa precisa acessar o Gerenciador de Tarefas em um computador com o sistema operacional Windows 10 em português, funcionando em condições ideais. Considere as ações:

- I. posicionar o mouse sobre o botão Iniciar e clicar com o botão direito do mouse > a partir das opções oferecidas pelo menu que aparece, selecionar o Gerenciador de Tarefas.
- II. pressionar as teclas de atalho Windows T que dão acesso direto ao Gerenciador de Tarefas.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (2023)

Em fevereiro de 2023, a Assembleia-Geral da ONU adotou uma resolução que pede o fim da guerra na Ucrânia, ressaltando as consequências humanitárias do conflito, bem como propugnando a retirada das tropas russas do território ucraniano e que a comunidade internacional busque formas de mediar a paz. O voto brasileiro foi favorável à resolução da ONU, o que está de acordo com a Constituição Federal, segundo a qual a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais, dentre outros, pelos princípios de

- (A) promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- (B) cidadania e pluralismo político.
- (C) construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
- (D) defesa da paz e solução pacífica dos conflitos.
- (E) dignidade da pessoa humana, erradicação da pobreza e da marginalização e redução das desigualdades sociais e universais.

2. (2023)

A separação de poderes, prevista na Constituição Federal de 1988, configura-se como

- (A) fundamento da República.
- (B) princípio fundamental.
- (C) princípio de regência das relações internacionais.
- (D) objetivo fundamental da República.
- (E) direitos e garantias individuais e coletivos.

3. (2022)

Considere os seguintes itens:

- I. a soberania.
- II. a plenitude de defesa.
- III. o pluralismo político.
- IV. a inviolabilidade do domicílio.

São fundamentos da República Federativa do Brasil previstos no art. 1º da Constituição Federal o que consta de

- (A) I e II, **apenas**.
- (B) I, II, III e IV.

(C) II e IV, **apenas**.

(D) III e IV, **apenas**.

(E) I e III, **apenas**.

4. (2022)

A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I. pluralismo político.
- II. repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- III. erradicação da pobreza e da marginalização e redução das desigualdades sociais e regionais.
- IV. independência nacional.
- V. concessão de asilo político.

Está **correto** o que se afirma **APENAS** em

- (A) II, IV e V.
- (B) I, III e V.
- (C) II, III e V.
- (D) I, III e IV.
- (E) I, II e IV.

5. (2023)

Suponha-se que, preenchidos todos os requisitos, seja criado um novo partido político chamado “Partido dos Voluntários”. Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, o “Partido dos Voluntários” deve, após adquirir personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrar seu estatuto no

- (A) Supremo Tribunal Federal, observando, dentre outros preceitos, a prestação de contas à Justiça Eleitoral.
- (B) Supremo Tribunal Federal, observando, dentre outros preceitos, a prestação de contas ao Conselho Nacional de Justiça.
- (C) Superior Tribunal de Justiça, observando, dentre outros preceitos, a prestação de contas ao Conselho Nacional de Justiça.
- (D) Tribunal Superior Eleitoral, observando, dentre outros preceitos, a prestação de contas ao Supremo Tribunal Federal.
- (E) Tribunal Superior Eleitoral, observando, dentre outros preceitos, a prestação de contas à Justiça Eleitoral.

6. (2022)

Jocasta, Deputada Federal, Martina, Deputada Estadual e Jordana, Vereadora, desligaram-se dos partidos políticos pelos quais foram eleitas, com a anuência desses partidos. De acordo com a Constituição Federal, com base **apenas** nas informações fornecidas, é **correto** afirmar que

- (A) **apenas** Martina perderá seu mandato.
- (B) **apenas** Jocasta perderá o mandato.
- (C) Jocasta, Martina e Jordana perderão seus mandatos.
- (D) **apenas** Jordana perderá seu mandato.
- (E) Jocasta, Martina e Jordana não perderão seus mandatos.

7. (2023)

7) Compete privativamente à União legislar sobre

- (A) diretrizes e bases da educação nacional.
- (B) proteção à infância e juventude.
- (C) organização das polícias civis e militares.
- (D) juntas comerciais.
- (E) defesa do solo e dos recursos naturais.

8. (2022)

Considere as seguintes competências dos entes da federação:

- I. Cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.
- II. Proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação.
- III. Preservar as florestas, a fauna e a flora.
- IV. Legislar sobre nacionalidade, cidadania e naturalização.

V. Legislar sobre organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões.

De acordo com a Constituição Federal, é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios o que consta **APENAS** em

- (A) II, IV e V.
- (B) I, II e III.
- (C) I, III e IV.
- (D) III, IV e V.
- (E) I, II e V.

9. (2022)

Considere:

- I. Direito Urbanístico.
- II. Direito Civil.
- III. Direito do Trabalho.
- IV. Direito Tributário.

A competência para legislar sobre os ramos do Direito acima enumerados é privativa da União

- (A) no item III; e da União, dos Estados e do Distrito Federal concorrentemente nos itens I, II e IV.
- (B) no item IV; e comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios nos itens I, II e III.
- (C) nos itens II, III e IV; e da União, dos Estados e do Distrito Federal concorrentemente no item I.
- (D) nos itens II e III; e da União, dos Estados e do Distrito Federal concorrentemente nos itens I e IV.
- (E) no item II; e comum da União, dos Estados e do Distrito Federal nos itens I, III e IV.

10. (2022)

Lei estadual que regulamenta os sistemas de consórcios e sorteios é

- (A) inconstitucional, porque se trata de competência legislativa dos Municípios.
- (B) inconstitucional, porque se trata de competência legislativa privativa da União.
- (C) constitucional, porque se trata de competência legislativa dos Estados.
- (D) constitucional, porque se trata de competência legislativa concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- (E) constitucional, por se tratar de assunto de interesse regional.

11. (2022)

Ao disciplinar a repartição de competências entre os entes da Federação, a Constituição Federal estabelece como comuns à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, entre outras,

- (A) zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas, conservar o patrimônio público e legislar sobre direito civil, comercial e do trabalho.
- (B) legislar sobre previdência social, proteção e defesa da saúde e exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão.
- (C) proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à tecnologia, à pesquisa e à inovação e legislar sobre direito civil, comercial e do trabalho.
- (D) combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos, e preservar as florestas, a fauna e a flora.
- (E) legislar sobre populações indígenas e sobre responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao con-

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1. FCC - 2023

Em virtude do princípio constitucional da legalidade que rege a Administração Pública,

- (A) ao administrador faculta-se atuar sem previsão legal, pautando-se apenas pela sua vontade pessoal.
- (B) age lícitamente o administrador que atuar em conformidade com o que estiver previsto no ordenamento jurídico.
- (C) o interesse do particular se sobrepõe ao interesse da Administração quando contrariá-lo.
- (D) pode o administrador emitir, em benefício pessoal, orientação colidente com aquela estabelecida previamente no ordenamento jurídico, mediante justificativa expressa, em processo administrativo.
- (E) a apuração e avaliação da conduta do agente público será delegada ao particular, pois este detém maior capacidade técnica.

2. (2022)

O ato administrativo consistente na publicação da nomeação de novos servidores públicos no Diário Oficial do Estado do Amazonas atende ao princípio da

- (A) eficiência.
- (B) publicidade.
- (C) proporcionalidade.
- (D) presunção de legitimidade.
- (E) supremacia do interesse público.

3. (2022)

A Lei no 13.874/2019 – Lei de Liberdade Econômica – dispõe, em seu artigo 3º, inciso IV, que todas as pessoas, naturais ou jurídicas, têm direito de “receber tratamento isonômico de órgãos e de entidades da Administração Pública quanto ao exercício de atos de liberação da atividade econômica, hipótese em que o ato de liberação estará vinculado aos mesmos critérios de interpretação adotados em decisões administrativas análogas anteriores, observado o disposto em regulamento”.

Tal disposição é considerada decorrência direta do princípio da

- (A) economicidade.
- (B) impessoalidade.

- (C) eficiência.
- (D) celeridade.
- (E) publicidade.

4. (2024)

Os elementos do ato administrativo são: o sujeito, a forma, o objeto, o motivo e a finalidade. O motivo relaciona-se

- (A) ao efeito jurídico imediato decorrente do ato.
- (B) à exteriorização do ato.
- (C) ao pressuposto que autoriza a prática do ato.
- (D) à legitimidade para praticar o ato.
- (E) ao efeito jurídico imediato.

5. (2022)

A doutrina conceitua o Ato Administrativo como a declaração do Estado ou de quem o represente, que produz efeitos jurídicos imediatos, com observância da lei, sob regime jurídico de direito público e sujeita a controle pelo Poder Judiciário.

Considere os cinco elementos ou requisitos do Ato Administrativo e as definições apresentadas no quadro a seguir:

Elemento/Requisito	Definição
I - Competência	a - Próprio conteúdo material do Ato Administrativo.
II - Finalidade	b - Modo de exteriorização do Ato Administrativo.
III - Forma	c - Pressuposto de fato e de direito que serve de fundamento ao Ato Administrativo.
IV - Motivo	d - Resultado que a Administração quer alcançar com a prática do Ato Administrativo.
V - Objeto	e - Poder legal conferido ao agente público para o desempenho específico das atribuições de seu cargo.

A associação entre o Elemento/Requisito e sua respectiva Definição está corretamente expressa em

- (A) III-a – IV-b – I-c – II-d – V-e
- (B) II-a – I-b – III-c – V-d – IV-e
- (C) V-a – III-b – IV-c – II-d – I-e
- (D) IV-a – II-b – III-c – V-d – I-e
- (E) I-a – II-b – III-c – V-d – IV-e

6. (2022)

Suponha que Joaquim é prefeito de uma cidade do interior do Amazonas e deseja publicar um decreto de autorização para funcionamento de bancas de jornal no Município. Para editá-lo, Joaquim deve respeitar o previsto na legislação e, ainda, realizar uma avaliação de conveniência e oportunidade sobre o mérito do decreto. Nesse caso, Joaquim está editando um ato classificado como

- (A) discricionário.
- (B) vinculado.
- (C) inexistente.
- (D) disciplinar.
- (E) arbitrário.

7. (2022)

A permissão é considerada ato

- (A) bilateral, discricionário, usado para reconhecer ao particular o direito à prestação de um serviço público.
- (B) unilateral, vinculado, voltado ao uso de bem público ou à prestação de serviço público.
- (C) bilateral, discricionário, que faculta a quem preenche os requisitos legais o exercício de uma atividade.
- (D) unilateral, discricionário, pelo qual a administração faculta ao particular a execução de serviço público.
- (E) unilateral, vinculado, pelo qual se exerce o controle do ato administrativo.

8. (2022)

Sobre os atos administrativos, aqueles que carregam pareceres e laudos são conhecidos como atos

- (A) de simples execução.
- (B) materiais.
- (C) de conhecimento.
- (D) enunciativos.
- (E) de opinião.

9. (2022)

A anulação de ato administrativo

- (A) é de competência exclusiva da Administração pública, não podendo ser efetivada pelo Poder Judiciário.
- (B) produz efeitos ex nunc, ou seja, retroativos à data em que foi emitido.
- (C) corresponde ao desfazimento do ato por razões de ilegalidade.
- (D) depende de provocação do interessado.
- (E) corresponde ao processo de que se vale a Administração pública para aproveitar atos administrativos com vícios superáveis, de forma a confirmá-los no todo ou em parte.

10. (2023)

Sobre os atributos do poder de polícia, a

- (A) delegabilidade consiste na possibilidade de delegar o poder de polícia a pessoas jurídicas de direito privado, desde que mediante prévia autorização legal.
- (B) executoriedade está presente em todas as medidas de polícia, mas não a exigibilidade.
- (C) exigibilidade envolve meios indiretos de coação como, por exemplo, a aplicação de multas.
- (D) discricionariedade está presente em todas as medidas de polícia como, por exemplo, na licença e na autorização.
- (E) executoriedade consiste na possibilidade de a Administração Pública recorrer ao Poder Judiciário para compelir o administrado.

11. (2023)

A respeito dos atributos ou características inerentes ao exercício do poder de polícia, tem-se que a discricionariedade

- (A) está presente quando a lei permitir ao agente alguma margem de decisão em sua execução, ou para decidir qual o melhor momento para agir e quais os meios a serem utilizados.
- (B) é expressamente afastada, em face do princípio da legalidade, eis que todos os atos praticados no exercício do poder de polícia são vinculados.
- (C) é representada pela possibilidade de definição de medidas de coerção direta ou indireta, cuja escolha fica a critério do agente público ou privado que tenha a prerrogativa do seu exercício.
- (D) depende da situação fática, somente sendo discricionárias medidas preventivas, que ficam a critério da Administração como titular do interesse a ser

1. FCC - 2024

O processo decisório relaciona-se com os três níveis organizacionais de gestão, quando considerados os graus de níveis de decisão. Nesse contexto, as decisões proferidas pela alta cúpula de Administração são identificadas como

- (A) definitivas.
- (B) referenciais.
- (C) estratégicas.
- (D) táticas.
- (E) operacionais.

2. FCC - 2023

A categorização apresentada pela doutrina acerca dos tipos de decisão, classificando-as como “programadas” ou “não programadas”, leva em conta como um dos fatores de diferenciação entre ambas

- (A) a eficiência do gestor, eis que um grande número de decisões não programadas denota falta de comprometimento e leniência na gestão de riscos.
- (B) o grau de dificuldade da decisão ou solução a ser adotada, sendo as não programadas destinadas apenas a problemas de baixa complexidade, enquanto as programadas envolvem processos mais sofisticados e destinam-se a questões complexas
- (C) a utilização de soluções já disponíveis no acervo da entidade, aplicável apenas às decisões programadas, sendo que as não programadas demandam soluções individualizadas.
- (D) a natureza da solução alcançada, eis que as decisões não programadas oferecem soluções precárias e temporárias, que devem ser substituídas por outras, definitivas, obtidas a partir de um processo programado.
- (E) o tipo de assunto ou problema subjacente, eis que problemas técnicos demandam decisões programadas, baseadas na especialização e inovação do gestor, enquanto as não programadas são destinadas a temas em que impera o senso comum.

3. FCC - 2023

O gestor de segurança de uma organização utiliza em seus processos o método PDCA, apto a otimizar os recursos e definir as melhores estratégias e ações para o alcance dos objetivos.

A sigla que define esse método determina quatro atividades, quais sejam:

- (A) planejar, aplicar, desenvolver e aprimorar.
- (B) processar, desenvolver, confirmar e aplicar.
- (C) processar, determinar, controlar e atuar.
- (D) planejar, estimar, checar e acessar.
- (E) planejar, fazer, checar e agir.

4. FCC - 2023

De acordo com a metodologia proposta pela Society for Design and Process Science—ScDPeS, os denominados processos interoperados

- (A) constituem subsistemas de um mesmo processo, que podem ser atribuídos a diferentes agentes, porém demandam gestão única para mitigar o risco de inconsistências.
- (B) são aqueles mais precários em termos de grau de conhecimento das equipes envolvidas, eis que demandam intervenções constantes de outros agentes.
- (C) situam-se no nível 2, intermediário, em termos de maturidade, apenas atrás dos processos emulados, sendo que ambos não possuem o grau mínimo desejável de padronização
- (D) são também denominados macroprocessos, eis que correspondem a um sistema integrado de processos autônomos, porém relacionados em termos de outputs.
- (E) correspondem ao nível 5 em termos de grau de maturidade, levando em conta a minimização de riscos e de efeitos indesejados.

5. FCC - 2023

Considere que duas equipes de Analistas do Tribunal de Justiça utilizaram duas técnicas diferentes para levantamento de requisitos de um mesmo projeto. As características de cada uma das duas técnicas são apresentadas a seguir:

I. Na condução das sessões, o facilitador mantém-se neutro: ele não opina nos assuntos discutidos, mas pode direcionar os assuntos conforme o planejamento inicial. O anotador fica dedicado a registrar os assuntos discutidos e as decisões tomadas. O gerenciador de tempo busca evitar que determinadas discussões demorem demasiadamente, evitando que outros assuntos importantes não sejam abordados. O quadro do projeto é utilizado para lembrar os assuntos em foco e os que estão fora do foco, impedindo discussões infrutíferas.

II. Ao se inserir no ambiente no qual o projeto será utilizado, busca-se descobrir dois tipos de requisitos: os requisitos derivados da maneira como as pessoas realmente trabalham, ao invés da maneira pelas quais as definições de processo dizem como elas deveriam trabalhar e os requisitos derivados da cooperação e conscientização das atividades de outras pessoas. Para consolidar o levantamento, os resultados são revistos com as pessoas observadas e/ou com seus superiores.

De acordo com as características, as técnicas I e II utilizadas são, correta e respectivamente:

- (A) Workshops - Etnografia.
- (B) Viewpoint-Oriented Requirements Definition (VORD) - Prototipagem.
- (C) Joint Application Design (JAD) - Viewpoint-Oriented Requirements Definition (VORD).
- (D) Viewpoint-Oriented Requirements Definition (VORD) - Joint Application Definition (JAD).
- (E) Joint Application Design (JAD) - Etnografia.

6. FCC - 2024

A Fundação Nacional da Qualidade (FNQ) apresenta um modelo de excelência em gestão composto por fundamentos e critérios de excelência em gestão, tendo como referência organizações de excelência em nível mundial. Constituem exemplos de fundamento e critério, respectivamente, predcados pelo modelo da FNQ:

- (A) Resultados, responsabilidade social.
- (B) Pessoas, visão de futuro.
- (C) Clientes; aprendizado organizacional.

- (D) Liderança; geração de valor.
- (E) Pensamento sistêmico; liderança.

7. FCC - 2024

A avaliação continuada da gestão pública dá-se pela avaliação externa e pela autoavaliação. A autoavaliação é a forma pela qual a própria organização realiza a sua avaliação por meio de medição sistemática sobre avanços e retrocessos do sistema de gestão. A avaliação externa, por sua vez, via de regra

- (A) é validada por meio de relatórios de produtividade produzidos internamente, mas ratificados por entidade cadastrada no Sistema GESPÚBLICA.
- (B) se vale de prêmios nacionais e estaduais de excelência em gestão dentre os quais se destaca o Prêmio Nacional da Gestão Pública realizado pelo GESPÚBLICA.
- (C) ocorre a partir de auditoria do Tribunal de Contas respectivo, com periodicidade anual e tendo como base o Plano Plurianual do ente.
- (D) ocorre a partir do controle externo exercido por órgão diverso, hierarquicamente superior, pelo Tribunal de Contas e pelo Poder Judiciário.
- (E) é resultante da avaliação realizada pelos usuários dos serviços prestados por aquela determinada gestão pública.

8. FCC - 2024

No contexto da evolução dos modelos de gestão de pessoas, a instituição dos paradigmas função de staff e autoridade de linha denota um movimento de:

- (A) pulverização das atividades de RH entre as diversas áreas da organização, cabendo à área financeira a autoridade de linha (financeira) e às demais a função de *staff* (operacional).
- (B) modernização das atividades de gestão de pessoas, que passam a assumir um caráter mais estratégico com a função de *staff* (externa à organização) coordenada pela autoridade de linha (interna à organização).
- (C) desconcentração, cabendo aos gestores de projeto a função de *staff* (apoio) e à área de gestão de pessoas a autoridade de linha (definição de estratégias de pessoal).

NOÇÕES DE GESTÃO DE PESSOAS

1. FCC - 2023

Uma das mais conhecidas abordagens sobre o processo de mudança no âmbito das organizações é a proposta por Kurt Lewin, que predica que a mudança envolve 3 etapas, sendo que aquela denominada "recongelamento" corresponde

(A) ao diagnóstico das práticas e comportamentos que precisam ser modificados, partindo de uma estabilização do status quo, a fim de que as etapas posteriores, de mudança propriamente dita, possam ser bem executadas

(B) ao momento inicial do processo de mudança, no qual se verifica forte resistência e é necessário vencer barreiras psicológicas que dificultam a transformação.

(C) à etapa intermediária do processo de mudança, na qual este já está em curso e quando há uma tendência ao retorno a práticas anteriores e são necessárias medidas de reforço negativo.

(D) as revisões periódicas que precisam ser feitas em relação as novas práticas introduzidas, para assegurar-se que continuam aderentes aos objetivos da organização.

(E) a etapa final, de estabilização e integração das mudanças efetuadas, passando a verificar-se comportamento internalizado.

2. FCC - 2023

O processo de mudança organizacional de acordo com o modelo descrito por Kurt Lewin apresenta o denominado "recongelamento", que corresponde

(A) à identificação do paradigma que será utilizado como modelo para as mudanças que serão implementadas na organização.

(B) à fase inicial do processo de mudança das práticas e ideias vigentes na organização, quando é esperado a repetição de antigos padrões.

(C) à etapa final, de internalização e estabilização da mudança que passa a se integrar como comportamento padronizado.

(D) à situação onde o ciclo de mudança não se consolidou e o novo modelo não foi recepcionado na organização.

(E) ao diagnóstico dos pontos críticos a serem enfrentados no processo de mudança e que tendem a inviabilizar seu sucesso.

3. FCC - 2022

Um dos principais teóricos do processo de mudança nas organizações, Kurt Lewin, preconiza que a mudança envolve três etapas, sendo a última delas denominada

(A) escalonização, na qual as novas práticas desejadas são introduzidas, porém sem, necessariamente, substituir todas as anteriores.

(B) descongelamento, onde se chega ao estágio em que as práticas arraigadas à organização são efetivamente eliminadas.

(C) espiral do conhecimento, quando a mudança é disseminada por toda a organização, culminando com sua internalização.

(D) escala gráfica, quando a mudança pode ser percebida e medida a partir de indicadores comportamentais.

(E) recongelamento, onde as novas ideias e práticas são incorporadas definitivamente como comportamento padronizado, sendo a etapa de estabilização da mudança.

4. FCC - 2022

O processo de mudança em uma organização é sustentado por estratégias e técnicas de intervenção no âmbito do desenvolvimento organizacional. Entre as técnicas de intervenção comumente apontadas pela literatura insere-se

(A) o treinamento da sensibilidade, em que os T-groups são orientados por um líder treinado para aumentar a sensibilidade e as habilidades de relacionamento interpessoal dos integrantes.

(B) o recongelamento, que é a fase inicial do processo de mudança, onde são identificados os comportamentos condicionados dos integrantes do grupo.

(C) o Diagrama de Ishikawa, que mapeia as quatro

dimensões do processo de mudança: interna, interpessoal, psicológica e do conhecimento.

(D) o Downsizing, em que a alta liderança busca internalizar novas práticas a partir de uma abordagem “do topo para a base”.

(E) a Curva ABC, que corresponde à realização de um mapeamento dos principais desafios no processo de mudança organizacional e proposição de uma estratégia sustentável de enfrentamento.

5. FCC - 2023

Entre os denominados KPI - Key Performance Indicators, que correspondem a referencial bastante utilizado no que concerne a indicadores de desempenho organizacionais, aquele denominado turnover presta-se a medir

(A) a variação do fluxo de caixa, com o grau de retorno dos ativos aplicados no processo de produção de bens e serviços.

(B) a rotatividade dos empregados, englobando tanto os desligamentos voluntários como as demissões.

(C) a projeção de vendas ou produção e a necessidade de reposição dos estoques, obtido a partir de uma curva probabilística.

(D) o momento esperado para o retorno do capital investido no empreendimento, como início da distribuição de resultados.

(E) as competências disponíveis na organização vis-à-vis aquelas que seriam necessárias para o atingimento das metas estabelecidas.

6. FCC - 2022

Padrões, indicadores e medidas de desempenho são conceitos emprestados da literatura de avaliação e de planejamento, cuja aplicação ainda não está claramente diferenciada na área de ciência da informação. Nesse sentido, deve-se considerar que os padrões

(A) não têm determinação espacial ou temporal.

(B) são medidas de desempenho.

(C) podem servir como guia tanto para a implantação de novas unidades de informação quanto para melhoria das existentes.

(D) de outros países costumam ser adequados às unidades de informação brasileiras.

(E) são sempre quantitativos.

7. FCC - 2024

O Quadro abaixo apresenta as aplicações de diferentes estilos de gestão de conflitos:

Estilos	Aplicações
I. Competição	W. Quando o seu grupo está enganado e deseja mostrar racionalidade.
II. Acomodação	X. Quando é necessária ação ágil e decisiva para lidar com a crise.
III. Abstenção	Y. Quando os interesses em conflito são muito importantes para serem comprometidos.
IV. Colaboração	Z. Quando um conflito é trivial e sem importância.

A correlação correta entre os estilos e as aplicações está expressa em

(A) I-Z – II-Y – III-X – IV-W.

(B) I-X – II-Z – III-W – IV-Y.

(C) I-X – II-W – III-Z – IV-Y.

(D) I-X – II-Z – III-W – IV-X.

(E) I-W – II-X – III-Z – IV-Y.

NOÇÕES DE DIREITO DO TRABALHO

1. (2023)

Tássia, adolescente de 17 anos, tem uma filha de 2 anos de idade e está em cumprimento de medida socioeducativa de internação. Na época dos fatos, a adolescente vivia em situação de rua e a equipe técnica da assistência social não conseguiu encontrar sua família; por isso, sua filha foi encaminhada a uma entidade de acolhimento. Tássia manifestou o desejo de receber visitas de sua filha. Com base na Convenção dos Direitos da Criança, no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei nº 13.257/2016 (Estatuto da Primeira Infância),

(A) tendo em vista que a medida socioeducativa na forma imposta permite a realização de atividades externas, a visitação da criança na unidade de internação não encontra respaldo legal, sendo permitido que Tássia passe os finais de semana na entidade de acolhimento em que a criança está acolhida.

(B) é necessária a autorização do juiz competente pela execução da medida socioeducativa para analisar as condições da unidade de internação em que Tássia está internada para o recebimento da criança.

(C) o Ministério Público poderá propor ação de destituição do poder familiar com base no fato de que a adolescente vivia em situação de rua, sendo que as visitas estarão suspensas pelo período máximo de 180 dias para análise das condições pessoais da adolescente.

(D) a filha de Tássia será levada para visitar a genitora na unidade em que a adolescente cumpre a medida socioeducativa, pela entidade responsável pelo acolhimento, independentemente de autorização judicial.

(E) deverá ser elaborado plano individual de atendimento em conjunto pela unidade de internação e pela entidade de acolhimento, com apoio do Conselho Tutelar e do serviço de consultório na rua, para manutenção de visitas entre Tássia e sua filha.

2. (2023)

Sobre as garantias processuais do adolescente processado ou em cumprimento de medida socioeducativa, em consonância com as normativas internacionais e nacionais pertinentes:

(A) É direito do adolescente, reconhecendo-se como parte da população LGBTQIAP+, ser custodiado em local de sua preferência, desde que assim se declare na primeira oportunidade do procedimento de apuração de ato infracional, após oitiva dos pais ou responsáveis.

(B) O direito de entrevista com o seu defensor na oitiva informal, quando solicitado pelo adolescente, pode ser dispensado caso seja aplicada a remissão pura e simples pelo Ministério Público, já que não ocorrerá qualquer prejuízo ao adolescente.

(C) Os pais ou responsáveis devem ser intimados para comparecimento à audiência de apresentação, sendo sua presença dispensada em audiência em continuação, pois nesta audiência apenas são ouvidas vítimas e testemunhas, bastando a presença do(a) defensor(a).

(D) É dever do adolescente o comparecimento à oitiva informal sob pena de expedição de mandado de busca e apreensão pelo magistrado para a sua oitiva perante o Ministério Público.

(E) É garantido o direito de petição pelo adolescente diretamente à autoridade judiciária a fim de questionar o atraso na análise do relatório técnico conclusivo para extinção de medida socioeducativa imposta.

3. (2023)

O Conselho Tutelar compõe o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. A fiscalização quanto ao seu funcionamento bem como a jornada de trabalhos de seus membros é definida

(A) pela Lei Estadual ou Distrital.

(B) pela Lei Distrital e Federal.

(C) pela Lei Federal, apenas.

(D) pela Lei Municipal ou Distrital.

(E) por Resolução do CONANDA.

4. (2023)

Conselheiro tutelar em Piraju é procurado para atendimento de violação de direitos de uma criança sendo que, no exercício de sua função, pode

(A) representar à autoridade policial para solicitar o afastamento de agressor do lar em caso de violência doméstica e familiar contra criança e adolescente.

(B) acolher provisoriamente uma criança vítima de violência residente em cidade vizinha a Piraju, na qual não há Conselho Tutelar, devendo comunicar ao Ministério Público em até 48 horas.

(C) requisitar informações sobre o local em que uma criança vítima de violência foi acolhida após a prisão de sua genitora, considerando que somente a autoridade judiciária, o Ministério Público e a Defensoria Pública possuem acesso ao cadastro com informações sobre acolhimento institucional.

(D) assessorar o Poder Executivo local na elaboração de proposta orçamentária para programa de atendimento a crianças vítimas de violência, em razão de o Conselho Titular possuir assento no Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente.

(E) aplicar medidas protetivas à criança apreendida após furtar comida de um supermercado, tendo em vista que criança não comete ato infracional, requerendo a posterior homologação pela autoridade judiciária.

5. (2023)

Com referência às competências do Ministério Público frente às crianças e aos adolescentes, considere:

I. Promover e acompanhar os procedimentos relativos às infrações atribuídas a adolescentes.

II. Promover, de ofício ou por solicitação dos interessados, a remissão de hipoteca legal e a prestação de contas dos tutores, curadores e quaisquer administradores de bens de crianças e adolescentes.

III. Promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses individuais, difusos ou coletivos relativos à infância e à adolescência.

IV. Instaurar procedimentos administrativos.

Está correto o que se afirma em

(A) I, II, III e IV.

(B) I, II e III, apenas.

(C) II, III e IV, apenas.

(D) I, III e IV, apenas.

(E) II e IV, apenas.

6. (2024)

Peçanha, policial militar, ingressou com uma reclamação trabalhista em face do Consultório Odontológico “Sorriso Lindo”. Na inicial, relatou que, entre 2019 e 2021, havia prestado serviços de segurança para a clínica e era responsável por acompanhar a abertura (por volta das 9h) e o fechamento (por volta das 18h) do consultório. Ele pretendia a anotação do contrato na carteira de trabalho e o pagamento de todas as parcelas decorrentes. Em sua defesa, a clínica disse que ficava numa sobreloja e que, por volta de 2019, passou a sofrer diversos assaltos e ameaças por telefone. Na mesma época, o policial se ofereceu espontaneamente para dar segurança em troca de pagamentos mensais. Desde então, não ocorreram mais assaltos. De acordo com o que estabelece a Consolidação das Leis do Trabalho, bem como a jurisprudência vigente, e, considerando, tão somente, as informações oferecidas pelo enunciado,

(A) preenchidos os requisitos necessários, é legítimo o reconhecimento de relação de emprego entre policial militar e empresa privada, independentemente do eventual cabimento de penalidade disciplinar prevista no Estatuto do Policial Militar.

(B) somente poderá ser reconhecido o vínculo trabalhista entre o policial e a clínica caso tenha sido dada permissão da prestação de serviços pela Polícia Militar do Estado ao qual o trabalhador está subordinado.

(C) tendo em vista que a prestação de serviços se deu em concomitância com o exercício de função pública, o policial militar deverá optar, havendo compatibilidade de horário, por uma das atividades e, ainda, pela remuneração que lhe parecer mais conveniente.

(D) por ser o militar em questão servidor público, qualquer reconhecimento de vínculo trabalhista demanda, necessariamente, a aprovação em concurso público.

(E) em razão de a contratação do policial pela clínica odontológica ter se dado sem concurso público, não trará ao trabalhador quaisquer efeitos jurídicos válidos a não ser o direito à percepção dos salários do período trabalhado e ao levantamento dos depósitos efetuados no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

1. FCC - 2024

Ulisses foi citado em ação de execução em razão do inadimplemento de dívida constante de documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas.

Ulisses reconhece a dívida, porém entende que o valor pleiteado está superior ao devido no título. Nesse caso, Ulisses deverá opor embargos à execução

(A) mediante depósito prévio integral do valor da causa indicado pelo exequente, sendo 30% no ato da petição inicial e o restante com parcelamento em até 6 vezes.

(B) mediante depósito prévio integral do valor da causa indicado pelo exequente.

(C) independentemente de depósito prévio, porém deverá declarar na petição inicial o valor que entende correto.

(D) mediante depósito prévio de 30% do valor da causa indicado pelo exequente.

(E) mediante depósito prévio do valor que entende correto.

2. FCC - 2024

Em razão da natureza alimentar da maioria dos direitos que se pleiteia por meio do processo do trabalho, o procedimento nas ações trabalhistas tem peculiaridades que o distinguem dos demais. Nesse sentido, diversos são os princípios gerais do processo do trabalho, sendo que a CLT consagra-os através de previsões em vários dispositivos legais. Assim, a previsão de que

(A) as razões finais serão orais, apresentadas em audiência, no prazo de 10 minutos para cada parte, imediatamente antes da prolação da sentença, consagra o princípio da imediatidade ou da imediação.

(B) os incidentes do processo serão resolvidos pelo próprio juízo ou tribunal, admitindo-se a apreciação do merecimento das decisões interlocutórias somente em recursos da decisão definitiva, consagra o princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias.

(C) os recursos serão interpostos por mera petição, sem que se exijam formalismos extremos, consagra o princípio da concentração de atos.

(D) não será praticado qualquer ato escrito durante as audiências consagra o princípio da celeridade.

(E) a conciliação deve ser buscada na fase de conhecimento, não fazendo mais sentido na fase de execução, consagra, ao mesmo tempo, o princípio da conciliação e o princípio da celeridade.

3. FCC - 2024

Nilandia reside na cidade de Campina Grande, Paraíba, e foi contratada por uma empresa com sede na cidade de Aracaju, Sergipe, onde celebrou o contrato de trabalho, para prestar serviços em João Pessoa, Paraíba. Após dois anos, foi transferida para prestar serviços em Natal, Rio Grande do Norte e, por fim, seis meses depois, foi transferida para prestar serviços na cidade de Quixeramobim, Ceará, aonde trabalhou por oito meses, até ser dispensada sem justa causa. Não tendo recebido suas verbas rescisórias, considerando as disposições da CLT definidoras da competência territorial da Justiça do Trabalho, Nilandia deverá ajuizar reclamação trabalhista na cidade de

(A) Campina Grande, onde reside, já que ela tem direito de optar pelo local de seu domicílio.

(B) Quixeramobim, que era o local em que prestava serviços quando foi dispensada.

(C) Aracaju, aonde celebrou o contrato de trabalho, ou em João Pessoa, ou em Natal ou em Quixeramobim, já que esses foram locais em que prestou serviços.

(D) João Pessoa, único local em que trabalhou mais de um ano.

(E) Aracaju, pois, além de ser o local da celebração do contrato de trabalho, é o local onde fica a sede da empresa empregadora.

4. FCC - 2024

Os serviços auxiliares da Justiça do Trabalho são essenciais para o funcionamento adequado desta Justiça Especializada. De acordo com as previsões da CLT, em relação às atribuições e à organização desses serviços,

- (A) a promoção do rápido andamento dos processos e a pronta realização dos atos e diligências deprecadas pelas autoridades superiores é de competência do distribuidor.
- (B) os distribuidores serão de livre nomeação dos Juízes das Varas do Trabalho da localidade.
- (C) o registro das decisões proferidas pela Vara do Trabalho, a contagem das custas devidas pelas partes nos respectivos processos e a realização das penhoras e demais diligências processuais são de competência das Secretarias das Varas do Trabalho.
- (D) haverá um distribuidor nas localidades em que existir pelo menos três Varas do Trabalho.
- (E) os Secretários das Varas do Trabalho são autorizados a realizar conciliações em processos de execução, desde que autorizados previamente pelo Juiz titular, com o objetivo de garantir maior celeridade no andamento dos processos.

5. FCC - 2023

O Tribunal Superior do Trabalho, com sede na Capital da República e jurisdição sobre todo o território nacional, é a instância suprema da Justiça do Trabalho. Em relação à sua composição e ao seu funcionamento, a Constituição Federal prevê que:

- (A) dentre os 27 Ministros que o compõem, excluídos os oriundos da advocacia e do Ministério Público do Trabalho, os demais são escolhidos dentre juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, oriundos da magistratura de carreira, indicados pelos Presidentes dos respectivos Tribunais Regionais.
- (B) funcionando junto a ele, ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho e ao Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho cabe o exercício conjunto da supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho.

- (C) funcionará junto a ele a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho e o Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho.
- (D) o mesmo compõe-se de 27 Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de 35 e menos de 70 anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.
- (E) dentre os 27 Ministros que o compõem, um quinto é de advogados com mais de 15 anos de efetiva atividade profissional um quinto é de membros do Ministério público do Trabalho com mais de 15 anos de efetivo exercício.

6. FCC - 2022

Regina, advogada, possui 40 anos de idade e sonha um dia em ser Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, composto por ..I.. Ministros. Para que isso seja possível, Regina, dentre outros requisitos, deverá ser indicada por seu órgão de classe profissional, para compor a vaga destinada aos advogados com mais de ..II.. anos de efetiva atividade profissional, e que tenha mais de ...III... anos e menos de ..IV.. anos de idade.

Conforme previsão na Constituição Federal de 1988, as lacunas I, II, III e IV devem ser preenchidas, correta e respectivamente, por

- (A) 27 – 10 – 35 – 70
- (B) 11 – 10 – 35 – 65
- (C) 17 – 15 – 30 – 70
- (D) 27 – 15 – 35 – 65
- (E) 17 – 20 – 30 – 75

7. FCC - 2022

Os Tribunais Regionais do Trabalho são tribunais especializados em questões de direito do trabalho. Estes estão distribuídos em regiões numeradas, totalizando

- (A) 24 tribunais.
- (B) 27 tribunais.
- (C) 28 tribunais.
- (D) 21 tribunais.
- (E) 29 tribunais.